



MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO – MEMBRO DO COMITE DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Future-se

MEC pretende entregar a gestão das Universidades e Institutos federais para as Organizações Sociais

No dia 17 de Julho, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou o projeto Future-se. Trata-se de uma grave ofensiva privatista. O objetivo é entregar a gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) às organizações sociais, e estimular toda forma de captação de recursos. O projeto altera 16 legislações vigentes, mas não se propõe a alterar a Constituição, o que torna sua aprovação mais fácil, exigindo apenas maioria simples, em um Congresso Nacional comprometido com as medidas privatistas do governo.

O governo diz que cada instituição será livre para decidir se aderirá ao Future-se, porém, já ameaça as instituições que não aderirem com a escassez de recursos por conta de futuros contingenciamentos de recursos e limitações do teto de gastos. Após aprovação, o governo provavelmente liberará recursos via editais, apenas para organizações sociais. Ao aderir, as instituições assinarão um “cheque em branco”, pois, a minuta do projeto de lei diz que, com a adesão, a Ifes se compromete com as diretrizes de governança, porém, estas somente serão definidas posteriormente pelo MEC. O Comitê-Gestor do projeto também tem sua composição e funcionamento a serem definidos depois. Entre suas atribuições, está definir diretrizes, reger o processo eleitoral dos reitores, e estabelecer limites de gasto com pessoal.

A Ife que aderir obrigatoriamente deverá firmar contratos de gestão com organizações sociais (OS) em atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura. Ou seja, as OS explicitamente poderão atuar nas ditas atividades-fim das Ifes.

Precarização para todos e benefícios para poucos

O projeto não explicita se estas OS poderão ou não contratar professores e técnicos. Mas, com o anúncio de Guedes de que não haverá novos concursos nos próxi-

mos anos, não é difícil imaginar como o governo pretende resolver a equação: intensificando o trabalho dos atuais técnicos e docentes, e ampliando as formas precárias de trabalho (bolsistas, estagiários, terceirizados, voluntários, etc.). O projeto também prevê que servidores poderão ser cedidos para as OSs.

O Future-se prevê mecanismos para premiar financeiramente docentes por negócios, patentes e publicações de destaque. Quando o secretário de ensino superior diz que “*O professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil*”, mostra que o governo pretende aprofundar os mecanismos que levam à formação de uma casta docente, que pressiona internamente pelo privatismo, em troca de bolsas e outras benesses, enquanto os demais amargam com arrocho salarial e instabilidade.

Para os estudantes, também há a promessa de algumas premiações com bolsas ou internacionalização, condicionadas à inexistência de “conduta desabonadora”. Ante o cenário de desemprego e baixa perspectiva da juventude encontrar um emprego, mesmo com diploma de ensino superior, o Future-se fortalece a ideologia da empregabilidade e empreendedorismo. Segundo o Secretário de Ensino Superior: “*O jovem vai ser libertado da perspectiva de ter de arrumar um emprego ou prestar concurso público, pois, serão empreendedores e donos dos próprios destinos*”. Como parte da campanha ideológica, a minuta ainda propõe a “*criação Dia Nacional do Estudante Empreendedor, a ser comemorado no primeiro sábado depois do dia do trabalhador*”.

Financiamento

Grande parte do que o Future-se sugere para arrecadar receitas já é feito pelas Ifes. A novidade é que o MEC empurra as instituições a se vincularem a várias modalidades de fundos de investimentos para ampliar

suas receitas, e criar ambientes de negócios: Fundos de Investimentos Imobiliários, Fundos Patrimoniais, e um fundo soberano de conhecimento, batizado de “Fundo da autonomia financeira das Ifes”. O Ministério da Educação infla as expectativas, e diz que este fundo deve ter R\$ 102,6 bilhões. R\$ 50 bilhões viriam do fundo imobiliário, composto por imóveis ociosos da União, R\$ 33 bilhões de fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, R\$ 17,7 bilhões de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista, R\$ 1,2 bilhão captados via lei Rouanet, e R\$ 700 milhões de outras fontes, como fundos patrimoniais e cessão de espaços físicos das universidades.

O Future-se é mais um degrau para se chegar à quebra da gratuidade. Amplia a privatização interna e naturaliza a ideia de que as instituições captem recursos. Evidentemente, tais fontes serão incapazes de suprir as necessidades orçamentárias das instituições, sobretudo com a desresponsabilização cada vez maior do Estado em relação ao financiamento. A proposição da cobrança dos estudantes ainda encontrará o momento propício para ser apresentada. O governo prepara um modelo que aplicaria regras próximas ao PROUNI e FIES às instituições públicas.

Atritos com burocracias universitárias

A Associação dos dirigentes da Ifes (Andifes) expressa a subordinação das burocracias universitárias à burguesia e seu Estado, ainda que haja divisões. Queixam-se de não terem sido consultadas antes, para compartilharem a expertise das medidas privatistas que já aplicam. Denunciam que as Fundações de apoio são desconsideradas no texto. É frequente que os altos escalões da burocracia universitária estejam mesclados à gestão das Fundações.

Substituir as fundações por Organizações Sociais é tirar das mãos da burocracia vários de seus negócios que envolvem uma casta docente. A EBSEH, empresa pública de direito privado, criada por Lula e Dilma, foi várias vezes evocada pelo secretário de ensino superior. O governo Bolsonaro dá um passo adiante em relação às fundações e EBSEH, pretende entregar a gestão das universidades para entidades abertamente privadas. Por falar em EBSEH, o Future-se se propõe a alterar a sua legislação para estimular os convênios entre os

Hospitais Universitários e planos de saúde, instituindo a dupla porta de entrada.

Intervenção da UNE

O início do anúncio do Future-se por parte do Ministro foi interrompido pelo presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Iago Montalvão. Sua fala, porém, só revelou capitulação e impotência: “*Tem que devolver o dinheiro do contingenciamento, ministro. Estamos à disposição para dialogar, mas a gente quer resposta para hoje. A gente quer saber o que vai acontecer com os estudantes que estão sem bolsa [...] Essa é a nossa reivindicação, precisamos de investimento público na educação [...]. É importante que tenha parcerias, mas é preciso de política pública na universidade*”. Ou seja, não denunciou as parcerias com o setor privado, mas se limitou a mendigar verbas e pagamento de bolsas. Não será com diálogo com o governo que o Future-se será barrado, mas sim levantando os estudantes para erguerem um forte movimento em defesa da Educação Pública, que se vincule às reivindicações da classe operária e demais oprimidos. É necessário construir as assembleias gerais universitárias, com voto

universal. Defender que o Estado financie integralmente o orçamento calculado pelas assembleias gerais universitárias, e a extinção de todos mecanismos privatistas.

No dia 13 de agosto, está marcada uma nova greve nacional da Educação, chamada pela CNTE, e encampada pelo ANDES e demais entidades sindicais e estudantis. Ante a capitulação das centrais em relação à Reforma da Previdência, o projeto Future-se será alvo dos protestos das entidades da educação. Qualquer resposta corporativa, porém, está fadada ao fracasso. Caberá aos estudantes, professores, técnicos e demais trabalhadores conscientes mostrar que a luta contra

este plano destruidor da Educação pública só pode se dar em unidade com a luta por empregos, com a continuidade da greve geral para enterrar a Reforma da Previdência, revogar a Lei da Terceirização, a Reforma trabalhista, a EC95 e de todas privatizações. O método desta luta só pode ser a ação direta. É necessária uma nova greve geral, mais organizada, por tempo indeterminado. Precisamos furar o bloqueio da política de conciliação de classes, imposto pelas burocracias sindicais e estudantis.

Caberá aos estudantes, professores, técnicos e demais trabalhadores conscientes mostrar que a luta contra este plano destruidor da Educação pública só pode se dar em unidade com a luta por empregos, com a continuidade da greve geral para enterrar a Reforma da Previdência, revogar a Lei da Terceirização, a Reforma trabalhista, a EC95 e de todas privatizações. O método desta luta só pode ser a ação direta. É necessária uma nova greve geral, mais organizada, por tempo indeterminado.